MANAUS PREVIDÊNCIA
Av. Constantino Nery, 2480 - Chapada
Manaus-AM - CEP 69050-800
T: +55 92 **3186-8001/98844-5056**
http://manausprevidencia.manaus.am.gov.br

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA MANAUS PREVIDÊNCIA – COMINV.

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 09 de novembro de 2017, às 09h00 (nove horas), na sala de reunião da Sede da Manaus Previdência, situada na Av. Constantino Nery, 2480 – Chapada, Manaus/AM.
2. **PARTICIPANTES:** Flávio Rodrigues de Castro, Ana Silvia dos Santos Domingues, Armilena Viana da Trindade, Edson Palheta Brasil, Janio José Paes Guimarães, Raimundo Nonato de Oliveira, e Carolinne Nunes dos Santos.
3. **PAUTA:** Análise e aprovação do Relatório de Investimentos referente ao mês de setembro/2017; Aprovação da Política de Investimentos 2018.
4. **ASSUNTOS TRATADOS:** Dando início aos trabalhos, o Presidente do Comitê, Sr. Flávio de Castro, abriu o Relatório de Investimentos referente ao mês de setembro/2017 para destaque dos pontos principais. Disse que a bolsa rentabilizou 4.88% (quatro ponto oitenta e oito por cento) no mês. No mais, acrescentou que sua maior preocupação era alcançar a meta acumulada do ano, e, embora a meta anual talvez não seja alcançada, a rentabilidade da carteira até setembro demonstra que o IPCA acumulado foi superado, o que configura ganho real à carteira. O saldo da carteira no mês totalizou aproximadamente R$ 912 mi (novecentos e doze milhões de reais), sendo R$ 870,00 (oitocentos e setenta reais) oriundos do FPREV. Em relação ao FFIN, que possui aproximadamente R$ 30 mi (trinta milhões de reais), o membro Janio questionou sobre a possibilidade de investir parte desse dinheiro num produto que não seja arriscado, mas que rentabilize mais que o DI. O Presidente informou que já havia pensado nessa possibilidade, e que tinha o fundo Alocação Dinâmica como sugestão. Todos os presentes aprovaram a proposta, e ficaram retomar esse assunto nas próximas reuniões. Continuando, informou que em última assembleia do Piatã, a gestora concordou em distribuir entre os cotistas parte dos R$ 52 mi (cinquenta e dois milhões de reais) que possuem liquidez da carteira. Nesse sentido, R$ 40 mi (quarenta milhões de reais) serão distribuídos, cabendo à Manaus Previdência a quantia de aproximadamente R$ 10 mi (dez milhões de reais). Outro ponto salientado por ele foi que como haverá essa amortização parcial de cotas (devolução de parte do que foi aplicado) do Piatã, o percentual da carteira referente a fundos de Crédito Privado sofrerá uma redução, fazendo com que a Autarquia não fique mais desenquadrada nesse quesito. Mudando de assunto, informou que a posição da carteira em títulos públicos no mês de setembro estava em R$ 150 mi (cento e cinquenta milhões de reais), e que a venda de parte desses papéis era algo que precisava ser discutido pelo Comitê, especialmente das NTNBs mais longas, uma vez que a curva de juros começou a reverter. Além disso, explicou que é de amplo entendimento que até o final do ano a Selic atinja 7.0% (sete ponto percentual), sendo mantida nesse patamar no ano de 2018, e que possivelmente no início de 2019 já retorne para 7.5% (sete ponto meio percentual). Antecipou que, em razão desse cenário econômico, no mês de outubro, já houve uma redução de R$ 4 mi (quatro milhões de reais) no supracitado montante. O membro Janio pediu a palavra e ressaltou que essa desvalorização deu-se em decorrência da marcação a mercado, mas se os títulos forem levados até os seus respectivos vencimentos a rentabilidade estaria garantida, e bem próxima da meta. O Presidente disse que concordava com o posicionamento do membro Janio, mas que na atual conjuntura política e econômica outros aspectos deveriam ser levados em consideração, principalmente o atingimento da meta atuarial anual. Pediu então

que este debate fosse retomado na próxima reunião, sugerindo inclusive que estudos sobre *"o impacto desses títulos no passivo atuarial pelos próximos anos"*, e um estudo sobre *"o melhor cenário/momento para venda de títulos públicos"* fossem elaborados. Falou também que seria mais prudente realizar o lucro, que foi perto de R$ 20 mi (vinte milhões de reais), e com esse valor buscar outros investimentos que garantam a meta, ou que se aproximem dela, em vez de permanecer com esses títulos, perder aquilo que lucrou, esperando obter o retorno, em média, daqui a 30 (trinta) anos. O membro Jânio disse que o problema era exatamente encontrar atualmente ativos que garantissem a meta, mas, se surgissem oportunidades de investimentos com essas características, concordava com o posicionamento do Presidente. No mais, todos concordaram que ambos os estudos deveriam ser realizados e trazidos para o Comitê de modo que fossem analisados e discutidos. Continuando, relembrou uma questão suscitada pelo membro Janio em reuniões pretéritas, acerca da redução da carteira em fundos DI. E sugeriu ao Comitê que esse valor (a ser estipulado) fosse redirecionado para um fundo Multimercado. Informou que possui dois fundos dessa categoria como opções de investimento, e que enviará as lâminas para o e-mail dos membros. Outro destaque foi a composição da carteira, que está muito concentrada em fundos indexados à inflação, sinalizando que o resgate de parte desses fundos é outra questão que precisará ser ponderada pelo Cominv. Por fim, submeteu o documento à votação. Tendo sido o Relatório de Investimentos do mês de setembro/2017 aprovado por todos os membros do Comitê de Investimentos. Passando para o próximo tópico da pauta, retomou a análise da PI2018. Perguntou aos membros se todos haviam recebido a versão atualizada da PI2018, a qual foi encaminhada via e-mail. Todos os presentes confirmaram o recebimento e a leitura. Em seguida, explicou que com a vigência da nova Resolução nº 4.604 do CMN, de 19/10/2017, (que altera a Resolução CMN nº 3.922/2010), e, a partir dela, o surgimento de novas determinações – além da inclusão de novas possibilidades de investimentos e exclusão de outras –, o quadro referente à "Alocação Objetivo" da PI2018 sofreu alterações. Em razão disso, os percentuais precisariam ser redefinidos. Nesse sentido, abriu o quadro, e passou-se à definição. Ressalte-se que no decorrer da ata, para cada categoria serão discriminados três percentuais distintos correspondentes a: alocação objetivo, limite inferior e limite superior, respectivamente. Para Títulos Públicos *(art. 7º, inciso I, alínea "a")*, os percentuais estipulados foram de 13%, 10% e 20%. Para Fundos 100% Títulos Públicos – Referenciado *(art. 7º, inciso I, alínea "b")*, os percentuais foram de 25%, 20% e 30%. Para Fundos Renda Fixa Referenciados *(art. 7º, inciso III, alínea "a")*, os percentuais foram de 9%, 5% e 15%. Para Fundos Renda Fixa *(art. 7º, inciso IV, alínea "a")*, os percentuais foram de 20%, 15% e 25%. Para Cota Sênior FIDC *(art. 7º, inciso VII, alínea "a")*, os percentuais foram de 1,5%, 1% e 3%. Para Fundos Renda Fixa "Crédito Privado" *(art. 7º, inciso VII, alínea "b"), os percentuais foram de 5%, 2% e 5%.* Para Fundos de Ações Referenciados *(art. 8º, inciso I, alínea "a")*, os percentuais foram de 3,5%, 1% e 5%. Para Fundos de Ações *(art. 8º, inciso II, alínea "a")*, os percentuais foram de 10%, 5% e 15%. Para Fundos de Participações *(art. 8º, inciso IV, alínea "a")*, os percentuais foram de 3,2%, 1% e 5%. Para Fundos de Investimentos Imobiliários *(art. 8º, inciso IV, alínea "b")*, os percentuais foram de 1,8%, 1% e 3%. E, finalmente, para Fundos Multimercados *(art. 8º, inciso III)*, os percentuais foram de 8%, 3% e 10%. Quanto aos outros tipos de Ativos, também da Resolução CMN nº 4.604, de 19/10/2017, os membros não os vislumbram como oportunidades de investimentos, e conferiram o valor de 0% nos respectivos limites

e na alocação objetivo, conforme se extrai da tabela constante da PI2018 (item 14). Dando prosseguimento, todos os membros acataram os percentuais deliberados no quadro alocação objetivo, assim como os ajustes realizados no texto. Considerou-se então aprovada a Política de Investimentos 2018 por todos os membros do Comitê de Investimentos. Tendo sido esses da pauta deu-se por encerrada a reunião, às 12h00 (doze horas), da qual, eu, Carolinne Nunes dos Santos, participei e lavrei a presente Ata que assino com os demais conselheiros.

PARTICIPANTES

Flávio Rodrigues de Castro ***(Presidente do Comitê de Investimentos)*** .....

Ana Silvia dos Santos Domingues ***(Membro)*** .....

Armilena Viana da Trindade ***(Membro)*** .....

Edson Palheta Brasil ***(Membro)*** .....

Janio José Paes Guimarães ***(Membro)*** .....

Raimundo Nonato de Oliveira ***(Membro)*** .....

Carolinne Nunes dos Santos ***(Secretária)*** .....